



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Aviso n.º 10161/2017

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 84.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado em anexo à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, a assessora parlamentar Zara Marina Soares de Almeida denunciou o contrato de trabalho parlamentar, com efeitos a 1 de agosto de 2017.

3 de agosto de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.
310705084

Despacho (extrato) n.º 7750/2017

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 20 de julho de 2017, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de diretora do Museu da Assembleia da República, a licenciada Cristina Maria Realinho Ribeiro, com efeitos a partir de 7 de agosto de 2017.

3 de agosto de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

Nota Curricular

Nome: Cristina Maria Realinho Ribeiro
Habilitações Literárias:

Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”, com média final de 13,3 valores, incluindo a opção de Paleografia Moderna e Seminário de Paleografia com a classificação final de 15 valores. (1989)

Pós-Graduação de dois anos em Ciências Documentais, opção Arquivo, ministrado na Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões” com a classificação final de 15,4 valores. (1992)

Atividade profissional exercida atualmente:

Assessora de arquivo no Arquivo Histórico Parlamentar (AHP) da Assembleia da República (AR) desde julho de 2009 com as seguintes funções:

Participação no grupo de trabalho que elaborou o caderno de encargos e definiu os requisitos para a aquisição de um Sistema Eletrónico de Gestão de Documentos (SEGD).

Criação de instrumentos de apoio para a gestão dos arquivos correntes da AR nomeadamente, elaboração do plano de classificação único baseado nas funções da AR, tabela de avaliação documental e respetivos manuais de aplicação.

Descrição de documentação histórica de forma a permitir a sua acessibilidade e gestão do arquivo intermédio da AR.

Missões técnicas na área do arquivo no âmbito da cooperação interparlamentar.

Desde 2013 substitui a diretora do AHP nas suas ausências.

Recebeu o Mérito excecional no ano de 2015.

Atividade profissional exercida anteriormente:

Assessora de arquivo, do quadro de pessoal da Direção do ex-Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), a exercer funções, de 2006 a julho de 2009 na Divisão de Apoio Externo e Normalização (DAEN) da Direção Geral de Arquivos (DGARQ).

Neste contexto, integrou diferentes equipas e grupos de trabalho, nas funções de consultoria a organizações externas para a conceção e implementação de sistemas de arquivo.

Membro da equipa afeta ao projeto de reorganização do sistema de arquivo na DGARQ.

Entre 1992 e 2005 exerceu as funções de técnica superior de arquivo na Direção de Serviços de Arquivística/Divisão de Arquivos Definitivos, onde coordenou a equipa afeta ao arquivo da PIDE/DGS, nas funções relacionadas com a consulta pública e tratamento arquivístico.

Entre 1989 e 1992 exerceu as funções de técnica superior no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças de 04/09/1989 a 01/06/1992, data em o referido arquivo foi extinto e integrado nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Exposições:

Membro da comissão executiva das seguintes exposições:

Morte à morte! 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal/1867-2017 (2017).

Registos do Céu. Astronomia em manuscritos da Torre do Tombo (2009)

70 Anos Depois: Memória e História: Tarrafal e Guerra Civil de Espanha (2006)

Humberto Delgado e as Eleições de 1958: documentação da Torre do Tombo (1998)

O Arquivo da PIDE/DGS (1997)

Artigos publicados no âmbito da guia de Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo e das exposições em que participou.

Participação em diferentes Congressos, Seminários, Conferências e Workshops na área dos arquivos.

Outras atividades

Vice-presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), de janeiro de 2008 a dezembro de 2010.

310706089

Despacho (extrato) n.º 7751/2017

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 20 de julho de 2017, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia da República, a licenciada Maria João da Silva Costa, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2017.

3 de agosto de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

Nota Curricular

Nome: Maria João da Silva Costa

Formação académica:

Licenciatura em Direito — Menção Ciências Jurídico-Políticas — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996-2001).

Formação complementar:

Pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2009);

Conclusão da parte curricular do Mestrado em Direito Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003).

Atividade profissional:

Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia (desde 01.09.2014);

Assessora da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República (entre 01.09.2009 e 31.08.2014);

Assessora da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (agosto.2012 a dezembro.2012);

Assessora da Comissão de Inquérito Parlamentar ao Exercício da Supervisão dos Sistemas Bancário, Segurador e de Mercado de Capitais (2008);

Assessora da Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República (entre 17.09.2007 e 31.08.2009);

Ingresso na Assembleia da República em 17.09.2007 como assessora parlamentar através de concurso público;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (julho.2005 — agosto.2007);

Jurista na Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa (outubro.2002 a junho.2005);

Estágio e inscrição como advogada no conselho distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (inscrição suspensa por solicitação da própria).

Outras experiências relevantes:

Perita para missão de curta duração de consultoria, no âmbito do Projeto de Apoio Parlamentar da OSCE na Albânia (novembro.2010);

Perita para missões de curta duração de consultoria e formação na implementação de projetos de twinning no Kosovo (2013) e Bósnia-Herzegovina (2014-2015), no âmbito do Instrumento de Pré-Adesão da Comissão Europeia;

Participação como formadora em diversas ações de formação, em especial, na área do acompanhamento e cooperação no âmbito dos assuntos europeus.

310705992

Despacho (extrato) n.º 7752/2017

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 20 de julho de 2017, e nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), aprovada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administração da Assembleia da República, a mestre Laura Teimão Lopes Costa, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2017.

3 de agosto de 2017. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

Nota Curricular

Nome: Laura Teimão Lopes Costa

Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa (1998)

Mestrado em Direito — vertente jurídico-pública — pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (2011)

Formação complementar:

Pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005)

Curso de Especialização em Fiscalidade Empresarial pela Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1999)

Atividade profissional:

Assessora Parlamentar colocada na Divisão de Apoio ao Plenário, desde maio de 2012, tendo ainda prestado apoio técnico-jurídico à Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) (2014) e ao Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa (2014);

Assessora Parlamentar colocada na Divisão de Apoio às Comissões, de julho de 2008 a abril de 2012, tendo prestado apoio técnico-jurídico à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (julho de 2008 a agosto de 2010), à Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais (agosto de 2010 a junho de 2011), à Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate (2011) e à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação (de junho de 2011 a abril de 2012);

Adjunta do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e substituta legal do Chefe do Gabinete, de abril de 2005 a julho de 2008;

Assessora Parlamentar desde julho de 2001, tendo sido colocada na Divisão de Apoio às Comissões, exercendo funções como assessora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, de julho de 2001 a abril de 2005;

Funcionária bancária no Banco BPI, de junho de 2000 a junho de 2001;

Advogada Estagiária inscrita no conselho distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (inscrição suspensa a requerimento da própria).

Outras experiências relevantes:

Membro da Direção do Sindicato dos Funcionários Parlamentares, desde outubro de 2009;

Participação como formadora em diversas ações de formação, no âmbito do acompanhamento e cooperação, em especial na área da legística e do processo legislativo parlamentar.

Membro da Comissão Nacional de Eleições, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de junho de 2005 a julho de 2008;

Membro da Comissão Interministerial para as Migrações e Comunidades Portuguesas, à qual presidiu em outubro de 2005 (2005-2008);

Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Programa SIMPLEX (2006-2008)

Membro do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (2005);

Membro da Comissão criada para as negociações sindicais no âmbito do novo regime jurídico do ensino português no estrangeiro, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2005-2006)

Coordenadora do Grupo de Trabalho para elaboração do novo Regulamento Consular (2006-2008);

Membro de vários Grupos de Trabalho, entre 2005 e 2008, onde se destacam: o Grupo de Trabalho sobre a política de efetivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Grupo de Trabalho para a implementação do Passaporte Eletrónico Português, o Grupo de Trabalho sobre a reestruturação das redes consular e diplomática, o Grupo de Trabalho Adaptado, criado no âmbito do Planeamento Civil de Emergência, para execução do “Plano Regresso” durante a crise política e social vivida na Guiné-Bissau entre maio de 2005 e maio de 2006, o Grupo de Trabalho para revisão do Estatuto da Carreira Diplomática e o Grupo de Trabalho sobre a promoção e valorização da língua portuguesa e a criação do Fundo Internacional para a Língua Portuguesa.

Publicações:

“O voto dos portugueses residentes no estrangeiro no atual ordenamento jurídico português” (Dissertação de mestrado) in Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos, 2012.

“O processo legislativo no Parlamento português”, in O Parlamento na Prática, Coord. Ana Vargas e Pedro Valente, Assembleia da República, 2008 (em coautoria com Ana Vargas).

310706031

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Despacho n.º 7753/2017

Em virtude de ocorrer o seu termo, faz-se pública a cessação da comissão de serviço da licenciada Maria Fernanda da Luz Guia, enquanto secretária-geral do Conselho Económico e Social, com efeitos a 16 de julho de 2017.

17 de julho de 2017. — O Presidente, *António Fernando Correia de Campos*.

310704403



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 7754/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicáveis

ex vi do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta do meu gabinete a licenciada Kathleen Leal Gomes.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável ex vi do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável ex vi do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 1 de agosto de 2017.